



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO DESPESA DE ELEIÇÃO Nº Erro! Fonte de referência não encontrada.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alíneas “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

OBJETO

1.1. Aquisição de caixas de papelão para embalagem, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL R\$	PREÇO TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL R\$
1	Caixa de papelão para embalagem, medindo 43cm de comprimento x 32cm de largura x 6cm de altura, abas inferiores e superiores medindo 16cm cada (todas as medidas da caixa são externas), em papelão tipo onda "BC", gramatura de 650g/m2 (+ ou - 20 g/m2), tipo maleta normal 201.	618183	Unidade	1.500	6,56	9.840,00
2	Caixa de papelão para embalagem, medindo 61cm de comprimento x 40cm de largura x 45cm de altura, abas inferiores e superiores medindo 20cm cada (todas as medidas da caixa são externas), em papelão tipo onda "BC", gramatura de 650g/m2 (+ ou - 20 g/m2), tipo maleta normal 201.	618177	Unidade	500	18,77	9.385,00
3	Caixa de papelão para embalagem, medindo 60cm de comprimento x 43cm de largura x 32cm de altura, abas inferiores e superiores medindo 21,5cm cada (todas as medidas da caixa são externas), em papelão tipo onda "BC", gramatura de 650g/m2 (+ ou - 20 g/m2), tipo maleta normal 201.	618178	Unidade	500	15,38	7.690,00
4	Caixa de papelão para embalagem, medindo 60cm de comprimento x 58cm de largura x 52cm de altura, abas inferiores e superiores medindo	482217	Unidade	300	28,48	8.544,00



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

	29cm cada (todas as medidas da caixa são externas), em papelão tipo onda "BC", gramatura de 650g/m2 (+ ou - 20 g/m2), tipo maleta normal 201.					
5	Caixa de papelão para embalagem, medindo 50cm de comprimento x 50cm de largura x 40cm de altura, abas inferiores e superiores medindo 25cm cada (todas as medidas da caixa são externas), em papelão tipo onda "BC", gramatura de 650g/m2 (+ ou - 20 g/m2), tipo maleta normal 201.	407474	Unidade	150	21,25	3.187,50
6	Caixa de papelão para embalagem, tipo corte-vinco, medindo 16cm de comprimento x 12cm de largura x 04cm de altura, abas inferiores e superiores medindo 08cm cada (todas as medidas da caixa são externas), em papelão tipo onda "BC".	482220	Unidade	300	1,86	558,00
7	Caixa de papelão para embalagem, medindo 42cm de comprimento x 40cm de largura x 40cm de altura, abas inferiores e superiores medindo 20cm cada (todas as medidas da caixa são externas), em papelão tipo onda "BC", gramatura de 650g/m2 (+ ou - 20 g/m2), tipo maleta normal 201.	482216	Unidade	600	14,71	8.826,00
8	Caixa de papelão para embalagem, medindo 54cm de comprimento x 44cm de largura x 24cm de altura, abas inferiores e superiores medindo 22cm cada (todas as medidas da caixa são externas), em papelão tipo onda "BC", gramatura de 650g/m2 (+ ou - 20 g/m2), tipo maleta normal 201.	482806	Unidade	600	14,48	8.688,00
9	Caixa de papelão para embalagem, medindo 30cm de comprimento x 25cm de largura x 25cm de altura, abas inferiores e superiores medindo 12cm cada (todas as medidas da caixa são externas), em papelão tipo onda "BC", gramatura de 650g/m2 (+ ou - 20 g/m2), tipo maleta normal 201.	618180	Unidade	300	9,30	2.790,00
10	Caixa de papelão para embalagem, medindo 62cm de comprimento x 44cm de largura x 30cm de altura, abas inferiores e superiores medindo 22cm cada (todas as medidas da caixa são externas), em papelão tipo onda "BC",	482215	Unidade	300	22,42	6.726,00



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

	gramatura de 650g/m2 (+ ou - 20 g/m2), tipo maleta normal 201.					
--	---	--	--	--	--	--

1.2. Os produtos aos quais se referem o presente Termo de Referência enquadram-se na classificação de bens comuns, que podem ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, de acordo com os incisos XIII e XLI do artigo 6º, o parágrafo 2º do artigo 17 e o artigo 29, todos da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas (tributos, frete e outras de quaisquer naturezas incidentes direta e indiretamente sobre o fornecimento dos produtos, deduzidos eventuais descontos) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, o que enseja a desclassificação.

1.4. Os códigos e descrições do “CATMAT/CATSER” constantes do “Compras.gov.br” podem eventualmente divergir da descrição dos itens a serem contratados quanto a especificações e outras características. **Neste caso, havendo divergências quanto aos códigos CATMAT/CATSER, prevalecerão as especificações detalhadas neste Termo de Referência.**

1.5. A Fundamentação para o Parcelamento ou não do objeto da contratação encontra-se pormenorizada no item 6 do Estudo Técnico Preliminar.

1.5.1. A licitação ocorrerá por itens independentes.

Prazo de Vigência

1.6. O prazo de vigência da contratação inicia-se com o recebimento da nota de empenho pela adjudicatária e encerra-se com o pagamento integral, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021)

2.1. As caixas de papelão são necessárias para a embalagem e remessa, via correio, de materiais de consumo e permanentes diversos.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos itens 3 e 4, respectivamente, do Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (Art. 6º, XXIII, alínea ‘c’ e art. 40, §1º, I da Lei nº 14.133/2021)

3.1. Aquisição de caixas de papelão para embalagem.

3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 2 do Estudo Técnico Preliminar.

3.3. Os produtos deverão ser confeccionados de acordo com as especificações contidas no quadro da cláusula 1 deste Termo de Referência e também terão como referências as fotos do Apêndice.

3.3.1. O modelo constante do Apêndice não possui as mesmas dimensões dos produtos a serem adquiridos, devendo servir apenas como referência para a identificação do tipo de caixa (maleta e corte-vinco) e do tipo do papelão (onda “BC”).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alíneas ‘d’ e “e” da Lei nº 14.133/21)

Sustentabilidade

4.1. **Para todos os itens**, será admitida apenas oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP**, sob administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade – CR válido, com chave de Autenticação, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021 e alterações posteriores.

4.1.1. A apresentação do documento acima pode ser dispensada caso o responsável pelo certame, de posse do CNPJ do fabricante, logre êxito em obtê-lo mediante consulta ao [sítio oficial do Ibama \(https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php\)](https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php), anexando-o ao processo.

4.1.2. Para os produtos fabricados fora do país e cuja importação não esteja enquadrada como atividade potencialmente poluidora e, portanto, isenta de inscrição no CTF/APP do Ibama, a licitante deverá apresentar declaração de que



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

o produto é fabricado fora do país, com devidas documentações comprobatórias, considerado o teor do Parecer-CPLC/DEPConsu/PGF/AGU nº 13/2014 (Documento SEI nº 0807219).

- 4.1.3. Caso a licitante previamente classificada em primeiro lugar não seja fabricante do produto, mas, sim, revendedora, distribuidora ou lojista em geral e, por conseguinte, não desempenhe diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, fugindo, portanto, da obrigação de registro no Cadastro Técnico Federal do Ibama, deverá apresentar o registro ou a certificação do fabricante fornecedor do produto.
- 4.1.4. Na hipótese de o fabricante ser dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, a licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou a declaração correspondente, sob as penas da lei.
- 4.1.5. Em todos os casos cuja atividade esteja desobrigada de inscrição no CTF/APP do Ibama, a licitante deverá apresentar declaração assinada pelo responsável legal, constando a Lei nº 6.938/81 e a IN Ibama nº 13/2021, que desobrigam a inscrição da atividade constante do seu código CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

Subcontratação

- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, de acordo com as justificativas contidas no item 3 do Estudo Técnico Preliminar.

Garantia da contratação

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Da exigência de amostra

- 4.4. Não haverá a exigência de apresentação de amostra.

Da exigência de prova

- 4.5. A Contratada deverá apresentar prova, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
- 4.6. Será(ão) exigido(s) 1 (um) exemplar(es) de prova de **todos os itens**.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

4.6.1. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: dimensões, gramatura, tipos de onda e, quanto às caixas do tipo corte/vinco, precisão do encaixe.

4.7. A(s) prova(s) deverá(ao) ser enviada(s) à Seção de Acompanhamento das Aquisições - SeAAq do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, telefone (11) 3130-2694, localizada na Rua General Júlio Marcondes Salgado, nº 199 – Santa Cecília – São Paulo – SP – CEP 01201-020, via SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR), dentro de invólucro lacrado, contendo, na parte externa da embalagem, identificação da licitante (razão social, endereço e C.N.P.J., telefone e e-mail), com os seguintes dizeres:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO DESPESA DE ELEIÇÃO Nº90047/2026

“PROVA (item xxx)”

4.8. Alternativamente, a(s) prova(s) poderá(ao) ser entregue(s) pessoalmente no mesmo endereço e prazo dispostos nos itens acima, de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h, mediante agendamento prévio por meio do telefone indicado no item acima e/ou e-mail segalm@tre-sp.jus.br.

4.9. A empresa assume total responsabilidade pelo envio e/ou entrega e por eventual atraso na entrega.

4.10. A avaliação da(s) prova(s) será realizada(s) no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da prova.

4.11. Para eventuais ajustes na(s) prova(s) a adjudicatária terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação expressa do TRE/SP.

4.12. Após a aprovação da(s) prova(s), o(s) produto(s) a ser(em) produzido(s) deverá(ao) seguir o mesmo padrão de qualidade do exemplar apresentado.

4.13. Caso o(s) exemplar(es) não seja(m) aprovado(s), a adjudicatária terá que enviar nova(s) prova(s), seguindo as orientações da Seção de Gestão de Almoxarifado, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação.

4.14. O(s) exemplar(es) aprovado(s) ficará(ao) retido(s) no TRE/SP para verificação posterior, no momento da entrega do produto e não será(ão) contabilizado(s) como 1 (uma) unidade entregue, uma vez que poderão ser recortados a fim de aferir a gramatura do papelão.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

4.15.Caso haja atraso na entrega das provas e/ou eventuais ajustes, os prazos de entrega dos produtos serão reduzidos na mesma proporção.

Condições de Entrega (prazo e local)

4.16.O prazo de entrega dos produtos é de 30 (trinta) dias corridos, contados da aprovação dos exemplares de provas pela Contratante.

4.17.Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas até a data final inicialmente prevista para a entrega para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado.

4.17.1.O pedido de prorrogação de prazo de entrega deverá apresentar as seguintes condições:

- a) Ser solicitado até a data final inicialmente prevista para a entrega; e
- b) Ser instruído com a(s) justificativa(s) e respectiva(s) comprovação(ões).

4.17.2.O(s) pedido(s) instruído(s) em condição(ões) diversa(s) das previstas nas alíneas “a” e “b” do item 4.17.1 será(ão) indeferido(s) de pronto.

4.18.A resposta ao pedido de prorrogação do prazo de entrega será comunicada pela Administração somente após a efetiva entrega do(s) produto(s) e desde que o pedido de prorrogação apresente as condições estabelecidas nas alíneas “a” e “b” do item 4.17.1.

4.19.O(s) pedido(s) de prorrogação posterior(es) ao primeiro será(ão) analisado(s) pela Administração somente após a efetiva entrega do(s) produto(s) e desde que seja(m) formulado(s) até o final do prazo solicitado anteriormente e esteja(m) instruído(s) com a(s) justificativa(s) e respectiva(s) comprovação(ões).

4.20.Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: Seção de Acompanhamento das Aquisições do TRE/SP, localizada na Rua General Júlio Marcondes Salgado, nº 199, Santa Cecília, CEP 01201-020, telefone: (11) 3130-2694, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h.

4.20.1.Para otimização dos trabalhos de recebimento e maior agilidade no atendimento aos fornecedores, solicita-se que as entregas sejam agendadas pelo e-mail recebimento@tre-sp.jus.br.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

4.21. O descarregamento do(s) produto(s) é de inteira responsabilidade da Contratada, devendo ser providenciado pela Contratada tanto a mão de obra necessária como todos os materiais indispensáveis.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/INSTRUMENTO EQUIVALENTE (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

5.1. O ajuste contratual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

5.4. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do ajuste contratual, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

5.5. O fiscal técnico acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no ajuste contratual, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.5.1. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do ajuste contratual, determinando prazo para a correção.

5.5.3. O fiscal técnico informará ao setor competente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do ajuste contratual nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao setor competente.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

6.1. O(s) produtos(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, conforme modelo de Termo de Recebimento **(disponível no portal "Governança das Contratações" - página da intranet)**.

6.1.1. Por ocasião da entrega, se for possível realizar a verificação das condições de conformidade com as especificações do Termo de Referência, dispensa-se o recebimento provisório.

6.2. O(s) produtos(s) poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, concomitantemente com o prazo fixado para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do(s) produto(s) e consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme modelo de Termo de Recebimento **(disponível no portal "Governança das Contratações" - página da intranet)**.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, e após notificação formal à Contratada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do(s) produto(s) nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.8. A(s) marca(s) do(s) produto(s) entregue(s) deverá(ao) estar indicada(s) no(s) próprio(s) produto(s) ou em sua(s) embalagem(ns), visto que a ausência de identificação ocasionará a rejeição dos itens quando de sua entrega.



Liquidação

6.9. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, de acordo com a nota de empenho e do termo de contrato, este último quando presente na formalização do ajuste, para comprovação do respectivo crédito.

6.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

6.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de despesas oriundas de contrato cujo valor total não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.11.1. a data da emissão;
- 6.11.2. os dados do contrato/nota de empenho e do órgão contratante;
- 6.11.3. o valor a pagar; e
- 6.11.4. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

6.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

6.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou, alternativamente, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, naquilo que for pertinente à contratação.

6.14. Eventuais irregularidades fiscais e/ou registros de impedimento de contratar e licitar e/ou perda da manutenção das condições de habilitação verificadas por ocasião das consultas acima deverão ser registradas no processo, sem prejuízo da tramitação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para pagamento.

Prazo de pagamento



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

6.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, reduzindo-se à metade nos casos de despesas oriundas de contrato cujo valor total não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.16. No caso de atraso provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP,$$

onde: I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

6.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em instituição financeira, agência e conta corrente indicados pela contratada.

6.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.20. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações posteriores, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO (Art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

7.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

7.3. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, as exigências e demais condições, quando forem necessárias, estarão estabelecidas no Edital.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/21)

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 66.234,50 (sessenta e seis mil, duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela da cláusula 1.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2. A dotação orçamentária encontra-se consignada no Edital.



APÊNDICE

FOTOS REFERENCIAIS DOS MODELOS

TIPO MALETA





TIPO CORTE-VINCO



ONDA “BC”

